



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9695 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT14 - Sociologia da Educação

A CRISE COMO DETERMINANTE DO ESCOLA SEM PARTIDO

Hilheno Oliveiral Miranda - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Ennia Debora Passos Braga Pires - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

A CRISE COMO DETERMINANTE DO ESCOLA SEM PARTIDO

Resumo

A exemplo do que aconteceu em outros momentos históricos nos quais ocorreu uma grande crise, a partir de 2008 criou-se um ambiente de desagregação social e instabilidade que contribuiu para o fortalecimento de grupos e posturas reacionárias em alguns países do mundo, como foi o caso do Brasil. Dito isso, o presente ensaio tem o objetivo de discutir de que maneira a crise política e econômica instalada a partir de 2013, no Brasil, favoreceu e/ou atuou enquanto determinante para a ascensão do Escola sem Partido. Tendo o Materialismo Histórico Dialético como orientação teórico-metodológica, o trabalho aponta que a sociabilidade brasileira, levando em consideração a sua historicidade, contribuiu para a ascensão reacionária no Brasil e conclui que o medo foi um importante ingrediente para que a crise atuasse como determinante do Escola sem Partido e favorecesse a ascensão reacionária.

Palavras-chave: Escola sem Partido. Crise. Medo.

Introdução

Após 10 anos de sua fundação, o Escola sem Partido (ESP) ficou conhecido nacionalmente em 2014 pegando o embalo na onda conservadora que ganhava corpo no Brasil a partir de 2013 – ano considerado como marco para a instalação da crise no país. Ao falar da crise, estamos nos referindo à sua faceta política mas, sobretudo, ao componente econômico dela, pois este gera um clima de insegurança, incerteza e desagregação social que, como observado em outros momentos históricos, deixa o terreno fértil para o recrudescimento de posturas autoritárias e reacionárias.

Apesar de tentar se passar por apartidário e independente, o ESP é um movimento reacionário ligado a grupos e partidos de direita, que requebra pautas fascistas, criminaliza a

profissão docente e disputa a educação dentro e fora das escolas (MIRANDA; PIRES, 2021). Tendo o Materialismo Histórico Dialético como orientação teórico-metodológico da pesquisa, partimos da compreensão traçada por Marx (2011) de que os objetos que estudamos não se bastam sozinhos. Ou seja, não são independentes, autônomos e neutros. Eles são determinados – são resultado da sua relação com outros fenômenos. E, para entender o ESP em sua essência, como ele se fortaleceu, é imperativo que possamos compreender como os seus determinantes o condicionaram histórica e socialmente.

Dessa forma, este ensaio, originário de um estudo onde procurou-se conhecer os fatores que atuaram como determinantes do Escola sem Partido, discute e apresenta contribuições que nos permitem compreender de que maneira a crise política e econômica instalada a partir de 2013, no Brasil, favoreceu e/ou atuou como um dos determinantes desse movimento.

Como a crise favoreceu a ascensão reacionária

Vários autores/as apontam que movimentos conservadores e reacionários – dentre eles o ESP –, ganharam musculatura após a crise que atingiu o mundo em 2008 e que, a partir de 2013, foi proeminente no Brasil. Em acordo com essa perspectiva, Frigotto (2018, p. 20), após questionar quais circunstâncias propiciaram o ressurgimento do neofascismo e neonazismo nestas circunstâncias de crise, responde que alguns estudos ajudam “a entender essa regressão e seus custos humanos resultantes da fome, do desemprego, da violência e do ódio ao diferente e ao pobre, que, entre nós, especialmente desde 2014, assume traços de morbidez”. Ao abordar a instalação e os efeitos da crise no Brasil, Mascarro (2018, p. 43) argumenta que

A bonança lulista retardou a chegada de seus termos ao Brasil. O ano de 2013 é o da captura definitiva do país pela dinâmica geral da crise do capitalismo internacional. A partir de 2008, a crise da forma econômica capitalista engendra uma crise da forma política dos Estados, exigindo destes uma resolução que seus próprios talhes não permitem entregar, o que, então, eleva ao máximo as estratégias de derrocada de democracias e de intervenções militares e golpes, deixando antever uma sistemática de ditaduras e de governos de espoliação pelo mundo. O golpe no Brasil, desde 2013, é sua chegada ao solo atual, ainda mais cru, da política de choque e de administração golpista da crise.

Nessa toada, Penna (2018, p. 92) afirma que o ESP teve seu crescimento impulsionado quando passou a ser um movimento político e este fato está “ligado ao contexto de crise política, que fortalece o avanço conservador”. Salles e Silva (2018, p. 159) também seguem na nessa linha, ratificando que o ESP “se articula com sucesso à onda conservadora que surge desde 2013-2014”, apontando que esse cenário foi propício para o crescimento do movimento. Konder (2009) e Mascarro (2018) também apontam no sentido de que o fascismo e o recrudescimento de segmentos reacionários e conservadores são manifestações que ganham força em períodos de crise e podem servir como alternativa para reorganizar o próprio sistema capitalista diante de cenário econômico e político adverso.

No entanto, Lowy (2015), na sua análise sobre o avanço recente da extrema-direita na Europa, afirma que a crise econômica beneficiou grupos ligados a este campo político, mas pondera que creditar a ascensão destes grupos apenas à crise é incorrer em uma visão meramente economicista, pois alguns países fugiriam desta suposta “regra”. Desse modo,

quais fatores teriam garantido que, com a instalação da crise no Brasil, posturas e grupos reacionários, como o ESP, ganhassem destaque?

Ancorados em Marx e Engels (2007), entendemos que a consciência, a linguagem e as representações de homens e mulheres estão ligadas à relação social entre estes e a forma com que as pessoas produzem suas vidas. Seguindo esse raciocínio, entendemos que como tais posturas reacionárias são produtos históricos e sociais, para que ganhassem projeção, elas teriam que já estar presentes, mesmo que de forma “tímida”, na sociedade. E, se levarmos em consideração a historicidade da sociedade brasileira, assim como faz Mascaro (2018), veremos que no Brasil estas posturas foram construídas e estruturadas historicamente, sendo expressões da própria sociabilidade capitalista na nossa singularidade.

Nossa sociabilidade está edificada sob bases acumuladas historicamente onde, dentre outros preconceitos estruturantes, a escravidão forjou o racismo estrutural, hierarquias, privilégios e naturalização de condutas. Aliado a isso, Mascaro (2018) salienta que os meios de comunicação de massa, as bases religiosas, a família e a escola têm papel crucial na reprodução da nossa sociabilidade.

O povo brasileiro é constituído, em perspectiva histórica, sob a égide de dimensões ideológicas plenamente regressistas e estritamente mercantis: vida dependente de relações de submissão à burguesia, educação utensiliar das escolas às universidades, informação a partir de meios de comunicação de massa concentradores e reprodutores de ideologia capitalista, valores e sociabilidade advindos de religiões de caráter altamente conservador (MASCARO, 2018, p. 34).

Dessa maneira, pode-se observar que, a partir da nossa sociabilidade, a crise agiu como “gatilho” para desencadear a manifestação de posicionamentos autoritários, racistas, homofóbicos, antidemocráticos, de intolerância religiosa, que podiam até estar em estado latente, mas que sempre estavam presentes em nossa sociedade. Porém, se a crise foi o “gatilho”, o que ela “dispara” para desencadear a ascensão reacionária? E, quando nos debruçamos para analisar situações de crise, veremos que, por conta da sensação de insegurança frente à instabilidade e a incerteza política e econômica, o medo aparece como um dos principais ingredientes nessa equação.

Ao discutir o que chamou de militarização da vida [\[1\]](#) e da política observada desde 2013, que produz um inimigo comum a ser combatido – nesse caso, o Partido dos Trabalhadores –, Teles (2018) explica que diante da “sensação de insegurança” o medo instalado induz as pessoas a desejarem medidas de maior repressão contra os perigos que poderiam lhes acometer. O autor aponta que tal estratégia de controle social também leva em consideração a base de sociabilidade do país.

Para Vieira (2018), o fundamentalismo religioso cristão – que também apresentou crescimento recente – se utiliza do medo como forma de construir uma visão de mundo para os/as fiéis e controlar seus corpos. Assim, para garantir uma rigidez comportamental dos/as fiéis, a sensação de culpa permanente é articulada com o medo do que não condiz com os dogmas aprendidos e tidos como expressão da vontade divina.

Dessa maneira, explica Vieira (2018), cria-se um ambiente onde questionar e duvidar dos preceitos religiosos é visto como sinônimo de falta de temor, de fé e de reverência, o que alimenta em alguns/as – não em todos – a intolerância com a diversidade de

pensamentos, de visões de mundo, de comportamentos e religiosa. O autor também ratifica que tais concepções são lastreadas pelas estruturas histórico-sociais e que o fundamentalismo também pode gerar práticas extremistas de agressão e de tentativa da retirada de direitos de setores considerados como inimigos.

Outro autor que apresenta contribuições nesse quesito é Moraes (2018, p. 80), quando este defende que a mobilidade social foi uma das raízes do golpe de 2016 e apresenta o medo como uma “expressão de classe” que também contribuiu nesse cenário. Segundo o mesmo, preocupadas com o *status*, as classes abastadas “manifestam o medo de serem atingidos ou de serem confundidos com os de baixo. O medo se transforma corriqueiramente em desprezo e ódio” (MORAES, 2018, p. 80). Seguindo essa esteira da ascensão reacionária, Cunha (2016, p. 40) nos mostra, justamente, que um motivo grande de sucesso do ESP foi que o movimento utilizou o medo para promover o ataque a um inimigo em comum:

O MEDO. Sim, medo da mudança por que passa a sociedade, a cultura, a família. Percebendo a chegada de um futuro incerto, os apoiadores do movimento preferem o que já existe, mesmo sabendo que está cheio de problemas. Melhor ainda se pudesse voltar ao tempo passado, quando tudo era mais justo, mais sincero, mais adequado. Diante da incerteza e do medo que acarreta, a tensão é aliviada ao se encontrar um bode expiatório.

Tomando como base o que foi discutido até aqui, de maneira geral, podemos afirmar que – assentados sobre bases estruturadas por preconceitos discriminatórios e privilégios – o medo, somado ao desconhecimento – o não conhecimento de maneira aprofundada dos fatos, o que gera incerteza e insegurança por conta da instabilidade causada pela crise – pode desencadear manifestações de agressão, ódio e perseguição, praticas estas observadas e fomentadas pelo ESP. Assim, catalisada pela crise enquanto um determinante, foi essa equação que contribuiu para alçar grupos reacionários e conservadores no Brasil e, conseqüentemente, fortalecer o ESP.

Considerações finais

Como demonstrado no decorrer do texto, a crise que ganhou robustez em 2013 no Brasil, nas suas facetas política e econômica, criou um clima de instabilidade e insegurança, atuando como determinante para o fortalecimento do ESP e de movimentos congêneres. Este fenômeno foi propiciado no país pois, tais posturas e movimentos reacionários e conservadores, já se faziam presentes em nossa sociabilidade e valores, forjados por privilégios e preconceitos construídos e estruturados historicamente. Aliado a isso, a mobilização do medo e o desconhecimento diante das incertezas e inseguranças criadas em momentos de crise funcionaram como uma equação que tem como produto manifestações de intolerância, ódio e perseguição – posturas essas praticadas e fomentadas pelo ESP contra professores/as e progressistas.

A velha, requentada e violenta campanha e perseguição à esquerda, que é considerada como perigosa ameaça, devendo ser perseguida, combatida e eliminada de todas as esferas da sociedade, ganhou projeção mundial através do fascismo europeu – mas já foi observada em outros momentos e lugares, como na ditadura militar brasileira. O ESP reedita essas práticas na educação para garantir a manutenção de privilégios e tentar

derrubar direitos conquistados. E, é justamente por isso, que este movimento deve ser amplamente estudado e combatido.

Referências

CUNHA, L. A. **O projeto reacionário de educação**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.

FRIGOTTO, G. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 15-32.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editora, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editora, 2007.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIRANDA, H. O; PIRES, E. D. P. B. A disputa reacionária pela educação: reflexões para além da educação escolarizada. **Revista Poliges**, Itapetinga, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/poliges/article/view/8479/5761> >. Acesso em: 18 jan. 2021.

MORAES, R. C. O golpe de 2016, suas raízes. Perspectivas da resistência. In: KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. p. 79-88.

PENNA, F. A. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocesso. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p. 111-130.

SALLES, D. C.; SILVA, R. C. A. O Escola sem Partido na desdemocratização brasileira. In: PENNA, F; QUEIROZ, F; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Educação democrática – antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2018. p.153-174.

TELES, E. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceções. In: SOLANO, E (Org.). **Ódio como política - A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 56-63.

VIEIRA, H. Fundamentalismo e extremismo não esgotam a experiência do sagrado nas religiões. In: SOLANO, E (Org.). **Ódio como política - A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 80-86.

[1] A militarização da vida é uma característica do fascismo que também foi observada por Konder (2009).